

Reconhecimento da identidade de trabalhadores rurais: uma abordagem intrínseca ao espaço geográfico interiorano paulista

*Liliane Ubeda Morandi Rotol^a, Silvia Cristina Vieira Gomes^b e Tais
Cristina Prestes^c*

Resumo: O presente ensaio apresenta como objetivo geral analisar a identidade de trabalhadores rurais, entre eles, vinculados ao Sindicato dos Empregados Rurais de Tupã e Região. Tal análise conta com respaldo da Federação Estadual dos Trabalhadores e Empregados na Agricultura do Estado de São Paulo e da Associação dos Bananicultores do município de Tupã. Os objetivos específicos compreendem caracterizar os trabalhadores rurais quanto às variáveis sociais, econômicas, rotina de trabalho no grupo de pertença na busca da singularização destes trabalhadores. O método de pesquisa elencado apresenta-se de natureza aplicada com objetivo descritivo seguindo uma abordagem quali-quantitativa, em pesquisa de campo. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um formulário adaptado ao trabalhador rural. Quanto aos resultados a totalidade dos trabalhadores possuem foco predominante na independência financeira, porém na escolha da profissão, 40% da amostra concorda em parte/bastante se arrepender da escolha da profissão e na percepção dos pais, 25% de seus filhos possuem vergonha da profissão dos genitores. 60% dos trabalhadores concordam bastante e concordam totalmente, a respeito de não se sentirem bem na profissão. Conclui-se que a classe encontra severos desafios laborais e em plena globalização esta categoria de trabalhadores demonstra-se cada vez mais fragmentada, heterogênea e diversificada.

-
- a Mestra em Economia Aplicada. Universidade Estadual Paulista (UNESP). lilianemorandi@yahoo.com.br – <https://orcid.org/0000-0002-4467-3034>
- b Mestra em Agronegócio e Desenvolvimento. Centro Universitário de Adamantina (UNIFAI). tinavieiragomes@fai.com.br – <https://orcid.org/0000-0003-2413-556x>
- c Graduanda do curso de Psicologia. Universidade Estadual Paulista (UNESP). tais-prestes@hotmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-6148-6583>

Palavras-chave: Ruralidades. Agricultura familiar. Proletário rural. Agricultor.

Recognition of rural workers' identity: an intrinsic approach to the geographical space of São Paulo state, Brazil

Abstract: This essay presents a general objective to analyze the identity of rural workers, among them, linked to the Union of Rural Employees of Tupã and Region, with the support of the State Federation of Agricultural Workers and Employees of the State of São Paulo, Brazil, and the Association of Bananicultores of the municipality of Tupã. The specific objectives include the characterization of rural workers regarding social demographic and economic variables, work routine in the belonging group, in the search for characterization variables of these workers. The research method is characterized by presenting applied nature with a descriptive objective following a qualitative-quantitative approach in field research. The data collection instrument used was a form adapted to the rural worker. Regarding the results, all workers have a predominant focus on financial independence, but in the choice of profession, 40% of the sample agrees in part / quite to regret the choice of profession and in their parents' perception, 25% of their children are ashamed of their profession of the parents. Sixty percent of the workers agree and strongly agree that they do not feel good about their profession. It is concluded that the class meets severe labor challenges and in full globalization this category of workers is increasingly fragmented, heterogeneous and diversified.

Keywords: Ruralities. Family farming. Rural proletariat. Farmer.

1 Introdução

Ainda com sua identidade pouco revelada, mesmo desconhecido o (a) trabalhador (a) rural desempenha importante papel em nossa sociedade. Realiza de forma objetiva e pragmática ações que induzem a geração de alimentos no âmbito do apoio à segurança alimentar e nutricional às atividades relacionadas ao agronegócio, busca respaldo na sustentabilidade econômica com responsabilidade social e preservação ambiental, constituindo o triple botton line. Possui fundamental importância socioeconômica, cultural e política para o Brasil. Identificando-se como um sujeito plural, um tipo de homem moldado a céu aberto, tem o sol como relógio e foi lapidado com a lida diária do campo.

Na antinomia da sociedade contemporânea, o advento da cotidianidade e dos desencontros nos diferentes tipos de homens que foram se moldando, promoveu uma dicotomia do homem com sua obra histórica, obra na qual não assumimos o mandato político das singularidades que a nossa história demonstra (MARTINS, 2011).

Bordenave (1983) afirma que o homem rural possui um modo diferente de agir, de se comunicar, se comparado ao homem da zona urbana. O espaço geográfico interpõe significados e constituem uma territorialidade e sentido de pertencimento, de identidade. Características próprias.

A identidade é formada por um processo histórico que se produz nas relações do homem com o ambiente, tendo seu

caráter político, econômico e cultural, de forma material e abstrata no e sobre o espaço (SAQUET; SPOSITO, 2004).

Analisando a identidade a partir da perspectiva social, temos em vista que a condição humana é simbolicamente mediada. Para construir-se o real, em ambos os planos social e individual, entramos em um processo, aberto e simbólico (LEITÃO, 2010). A perspectiva crítica chama a atenção para este homem singular e social, o qual se caracteriza na pluralidade do contexto ao qual está inserido no mundo e consideramos que ele não é imutável, ele se constrói e deixa-se construir, produzindo a sua história (MAHEIRIE, 2002).

Destaca que o fato da população rural concentrar seu modo de vida e seu comportamento ao redor de uma atividade específica e diferenciada da urbana, muito complexa e marcante, pautada na agropecuária, faz com que esta também desenvolva ou domine códigos linguísticos, culturais e sociais distintos do urbano.

“A comunidade rural apresenta especificidades nos modos, costumes, vestuário e vocabulário próprio”, o que se reflete diretamente em sua identidade (VIEIRA, 2016, p. 17).

Bordenave (1983) observa que as formas de agir e de pensar do homem rural acabam gerando códigos e meios de comunicação próprios.

Nota-se particularidades únicas no homem do campo, cada indivíduo possui um mundo interior, o qual se encontra em constante reflexão, tradução, e compreensão do que acontece ao

seu redor (ZUIN; ZUIN; QUEIROZ, 2015). “E, no cenário rural, notam-se influências que podem afetar diretamente o processo comunicacional” (VIEIRA, 2016, p. 17). E o modo de agir do trabalhador rural, conferindo-lhe características singulares na construção de sua identidade.

Segundo Mourão e Cavalcante (2006) conforme citado por Ciampa (1988) a linguagem dramática é uma das ferramentas para melhor explicar como o sujeito constrói a si mesmo, sua identidade, atribuindo um caráter estável e ao mesmo tempo processual; para o autor, identidade é descrita como um processo de metamorfose. O sujeito é, portanto, o resultado da sucessão e coexistência de diversos personagens criados por ele mesmo ao longo da vida. A identidade é um produto da história desses personagens, de suas vidas e suas mortes, numa processualidade e transformação (MOURÃO; CAVALCANTE, 2006).

Este processo ativo é destacado pela apropriação que o homem faz, ou não do ambiente, conforme o que lhe é oferecido dentro do seu contexto histórico e social, através da apropriação o homem estabelece uma troca com o ambiente, na qual ele constrói a sua identidade e ao construir-se, ativamente contribui para a construção do seu contexto social (MOURÃO; CAVALCANTE, 2006).

A constituição da identidade abarca a síntese de opostos individuais e coletivos, sendo a utilização deste conceito uma maneira de reconhecer os indivíduos em suas particularidades, localizando-os no tempo e espaço, como sujeitos únicos

(MAHEIRIE, 2002). A identidade não é inata, complementam Laurenti e Barros (2000), ela pode ser entendida como uma forma sócio-histórica de individualidade. O contexto social fornece as condições para os mais variados modos e alternativas de identidade. O termo identidade pode, então, ser utilizado para expressar, de certa forma, uma singularidade construída na relação com outros homens (LAURENTI; BARROS, 2000).

Só é concebível constituir uma identidade através da relação com o outro e, desta forma, criar simbologias e abstrações em comum que levam a identificação de um grupo ou de um indivíduo (DENEZ, 2017). Ao estudar a classe trabalhadora no século XXI Antunes e Alves (2004) nos chamam a atenção, pois em plena era da globalização, a classe trabalhadora é cada vez mais fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada. Dentro do contexto de trabalho brasileiro, o trabalho rural chama atenção dada a excessiva heterogeneidade no cenário atual.

O mercado de trabalho rural, até o momento, foi pouco analisado na perspectiva da identidade do trabalhador. Tal análise justifica-se para caracterizar a identidade do indivíduo e notar qual parâmetro encontra-se mais forte ou fragilizada neste determinado grupo.

O trabalho se justifica visando fomentar subsídios para o fortalecimento de organizações associativistas da categoria, bem como auxiliar os formuladores de Políticas Públicas a identificarem a relação social do trabalhador rural.

O presente ensaio tem como objetivo geral analisar a identidade de trabalhadores rurais, entre eles, vinculados ao Sindicato dos Empregados Rurais de Tupã e Região.

Tal análise conta com respaldo da Federação Estadual dos Trabalhadores e Empregados na Agricultura do Estado de São Paulo¹⁷ (FETRAGRO/SP) sediada em Tupã e da Associação dos Bananicultores¹⁸ também do município paulista de Tupã.

Os objetivos específicos compreendem caracterizar os trabalhadores rurais quanto às variáveis sociais, econômicas, rotina de trabalho no grupo de pertença na busca da singularização destes trabalhadores.

Diante das reflexões, na busca de aglutinar esforços e competências para produção de conhecimentos a respeito da identidade dos trabalhadores rurais, foi firmada parceria entre FETRAGRO/SP; Associação dos Bananicultores de Tupã e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tupã e Região¹⁹ com apoio científico da Universidade Estadual Paulista campus de Assis e do Centro Universitário de Adamantina.

Este trabalho é um fragmento de uma pesquisa mais ampla, já apresentada ao Comitê de Ética e aprovado sob identificação na Plataforma Brasil: CAAE: 90377018.4.0000.5401.

17 Federação com permeabilidade no Estado de São Paulo.

18 Fundada em 2004, a Associação dos Bananicultores de Tupã é uma entidade sem fins lucrativos, composta por agricultores familiares de diferentes cadeias produtivas, constituída de aproximadamente 70 núcleos familiares.

19 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tupã e região, compreende área de atuação nos seguintes municípios: Arco-Íris, Herculândia, Iacri, Queiroz, Rinópolis e Tupã.

2 Desenvolvimento

2.1 Trabalhador rural e a dicotomia entre o campo e o urbano

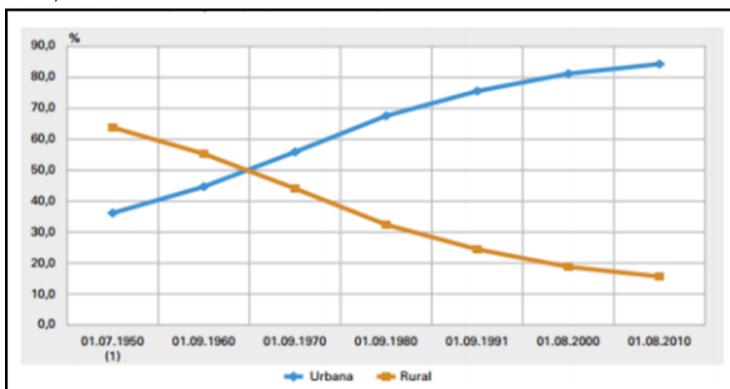
Atualmente o meio rural mostra-se em destaque na mídia brasileira, transformando o posicionamento da sociedade em relação ao seu espaço geográfico e aos indivíduos que habitam esses espaços. Este assunto tem causado um crescente número de estudos sobre questões ligadas aos povos do campo (MARTINS, 2010).

Segundo Silva e Barros (2014), também descrito por Pádua (2003), a sociedade brasileira sofreu um processo de transformação significativo a partir da década 1940, devido ao intenso êxodo rural impulsionado por uma crise que impossibilitou a sobrevivência de milhares de famílias nesse meio. Houve um processo de ‘desruralização’, sem que se conseguisse transformar a realidade agrária brasileira, historicamente dominada pela concentração de poder e de riqueza, desta forma o crescimento da urbanização e da industrialização se superpôs a uma estrutura agrária essencialmente concentrada e desigual.

Esta tendência do êxodo do campo para a cidade ainda permeia a sociedade contemporânea. Com base em apontamentos de Bernardes (2018) e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, (2010) a redução da população rural é inversamente proporcional ao impulso urbanístico, o que salienta a tendência para o aumento da urbanização no país que

decorre desde a década de 1940, conforme Pádua (2003) e intensificado nos anos de 1950 como apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução cronológica populacional por domicílio no Brasil de 1950/2010



Fonte: IBGE (2010).

Dados do IBGE, (2010), apresentam números superiores a 160 milhões de brasileiros residindo na zona urbana e quase 30 milhões estabelecidos na zona rural. Essa população do campo, tipicamente trabalhadores rurais, sujeitos da nossa pesquisa, representam 16% da totalidade da população brasileira. Neder (2014) relata que 14,6% da população em atividades agropecuárias demonstram sinais de pobreza.

Neste sentido, Buainain e Dedeca (2008) apontam que trabalhadores rurais têm em média de quatro a seis anos de estudo, recebem uma baixa remuneração pelo trabalho e

participam de uma estrutura social marginalizada e excludente, fato que difere na zona urbana.

Bernardo et al., (2017, p.12) observaram essa diferença ao enumerar “indivíduos maiores de 10 anos alfabetizados na zona urbana e na zona rural, respectivamente 128 milhões e 19 milhões, o que representa que na zona urbana, 80% são considerados alfabetizados, enquanto que na zona rural esse percentual é 63%” com base em apontamentos do IBGE do ano de 2010.

As autoras complementam que dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) desvendam que no ano de 2012, a taxa de analfabetismo dos indivíduos com 15 anos ou mais, residentes na zona rural, foi de 21,12%. Apesar do número elevado, este valor foi 8,7% mais baixo que no ano 2000, sugerindo que os espaços urbano e rural estão se tornando mais equilibrados. Tal fato tende a interferir na qualidade de vida dos trabalhadores rurais.

No convívio destes trabalhadores rurais e dentre a amostra desta pesquisa, podemos identificar além de empregados formais e informais, produtores da agricultura familiar, caracterizados por meio do Decreto nº 9.064 datado do ano de 2017, respaldado na Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 que em seu Artigo 3º considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, alguns requisitos como utilizar “predominantemente mão de obra da própria família nas

atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento” (BRASIL, 2006, p. 1; BRASIL 2017).

Vieiro e Silveira (2011, p. 258) destacam que “as fronteiras entre o rural e o urbano tornaram-se, cada vez mais, tênues e difusas”.

Neste debate de reflexões, Marques (2002), aponta que quem define os limites do espaço urbano são os municípios, seus distritos e a extensa ocupação da comunidade. Entende-se que o espaço rural é todo território geográfico que não corresponde as delimitações do espaço urbano.

2.2 A Legislação regulamentando e mitigando adversidades do trabalho rural

A norma regulamentadora específica para a área rural foi reivindicada através do Grito da Terra Brasil e priorizada no planejamento da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) à luz da discussão da Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Convenção 184 – Segurança e Saúde na Agricultura, que foi utilizada como elemento para a construção da norma (CONTAG, 2018). Trata-se da norma regulamentadora (NR) 31, peça-chave para as ações de fiscalização do trabalhador rural, vigora desde junho de 2005 (BRASIL, 2005).

O Quadro 1 apresenta o Marco Jurídico que apoiou a elaboração da NR 31 e seu campo de ação.

Quadro 1 – Compilação do arcabouço legal que fomentou a NR 31 e seu campo de atuação

Arcabouço legal que fomentou a NR 31	A Constituição Federal /1988 – Artigo 7º Inciso XXII
	A Lei nº 5889 – 06/06/73 – Que regula as relações de trabalho no campo
	A Portaria nº 3.067 que instituiu as Normas Regulamentadoras Rurais 1, 2, 3, 4 e 5.
	A Portaria nº 86 que aprovou a NR 31
Campo de atuação	Agricultura
	Pecuária
	Silvicultura
	Exploração Florestal
	Aquicultura

Fonte: Adaptado de CONTAG (2018); BRASIL (2005).

Em complemento as informações apresentadas no Quadro 2, a aplicabilidade da NR 31 verifica as formas de relações de trabalho e emprego no meio rural e o local destas atividades, como também às atividades de exploração industrial desenvolvidas em estabelecimentos agrários (BRASIL, 2005).

Em harmonização com a aplicabilidade da NR 31, a NR 06 integraliza parâmetros de qualidade laboral, saúde e segurança do trabalho no meio rural e versa sobre o uso de equipamentos de proteção individual (EPI), e estabelece competências para os trabalhadores rurais/empregados e para os empregadores (BRASIL, 201-).

O ambiente laboral do campo possui estreito vínculo com a saúde dos trabalhadores rurais conforme reforçam Silva et al., (2005):

A agricultura brasileira se desenvolve num cenário econômico, social, ideológico e cultural caracterizado pela intensa concentração fundiária, pelo ganho de produtividade, pela incorporação de tecnologias com grande impacto sobre a saúde humana e ambiental e pelo crescimento das exportações e do agronegócio (SILVA et al., 2005, p. 900).

Em contraste, a agricultura familiar prima por um modelo de produção mais sustentável, minimizando impactos a saúde do trabalhador e ao meio ambiente. Tal fato se justifica pois o trabalhador, neste caso, é o proprietário da terra (de até quatro módulos fiscais) e ele e sua família estão diretamente ligados a gestão e ao manejo da propriedade utilizando basicamente mão de obra familiar. O agricultor familiar se sente integrado ao ecossistema da zona rural.

Com relação a esse cenário de alternâncias as relações laborais no campo e saúde dos trabalhadores rurais associam-se a múltiplos estágios de incorporação de tecnologias e de formas de gestão e organização dos afazeres produtivos (DIAS, 2006).

Se considerarmos a remuneração por esse esforço laboral no meio rural observa-se que o piso salarial do trabalhador rural normatizado pela classificação brasileira de ocupações (CBO) por meio do Ministério do Trabalho, também possui dicotomia se comparado ao piso salarial do trabalhador urbano.

Tal intervenção restabelece o debate e a oposição, exteriorizando o contraste da zona rural e do ambiente urbano.

3 Caminhos metodológicos

O caminho metodológico científico elencado neste trabalho foi de natureza aplicada, seguindo uma abordagem quali-quantitativa.

Quanto ao procedimento, caracteriza-se como pesquisa exploratória, pois tem por objetivo apresentar uma visão panorâmica dos fatos (GONSALES, 2011). É descritiva, por realizar narrativas das situações e buscar descobrir as relações existentes entre os elementos que compõe a pesquisa. “Procura descobrir, com maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com os outros, sua natureza e suas características” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 61). Definida como um levantamento de caráter descritivo, pois busca descrever as características e manifestações concretas do trabalhador rural, e estabelecer conexão com a literatura já existente (GIL, 2014). Complementa Gonsalves, (2011, p. 67) que as pesquisas descritivas “são as que atualizam as características de um grupo social [...] como também aquelas que pretendem descobrir a existência de relações entre variáveis.

Os procedimentos metodológicos realizados neste trabalho, ilustrados no Quadro 2, configuram a pesquisa de campo, pois “pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada [...] exige do pesquisador um encontro mais direto [...] precisa ir onde o fenômeno ocorre – ou ocorreu – e reunir um conjunto de informações a serem documentadas (GONSALVES, 2011, p. 69).

Quadro 2 – Trilha metodológica utilizada na pesquisa

Tipificação	Classificação
Tipo da pesquisa quanto a fonte de informação	Pesquisa de campo
Tipo de pesquisa quanto a natureza	Aplicada
Tipo de pesquisa segundo procedimento de coleta	Bibliográfica e documental
Tipo de pesquisa segundo os objetivos	Descritivo
Tipo de pesquisa segundo o caráter	Exploratório
Abordagem quanto a natureza dos dados	Quali-quantitativa
Instrumentos de coleta de dados	Formulário: o primeiro bloco de caráter socioeconômico e o segundo com questões fechadas utilizando a escala Likert de cinco pontos
Análise dos resultados	Triangulação da revisão bibliográfica com resultados do formulário aplicado, aliados a observação
Espaço geográfico da pesquisa	Brasil: Município paulista de Tupã
Sujeitos da pesquisa	Trabalhadores rurais

Fonte: Elaborado pelos autores, ancorados em Santos; Parra Filho (2017); Malhotra (2012); Marconi; Lakatos, (2011); Gonsalves (2011); Cervo; Bervian; Silva, (2007); Gil, (2014); Malhotra (2005).

A base teórica, segundo o procedimento de coleta, compreende revisão bibliográfica “proporciona um

conhecimento prévio do estágio que se encontra o assunto” (SANTOS; PARRA FILHO, 2017, p. 83).

Complementada com estudo de observação empírica e análise realizado por meio de um instrumento de coleta de dados denominado formulário, dividido em duas partes: o primeiro bloco de caráter socioeconômico e o segundo com questões fechadas que foram construídas ancoradas na escala de Likert de cinco pontos, com pontos extremos de ‘discordo totalmente’ e ‘concordo totalmente’ onde os selecionados indicam seu grau de concordância (MALHOTRA, 2005).

A técnica de amostragem predeterminada na pesquisa foi por conveniência onde o entrevistado, trabalhador rural, tem oportunidade efetiva de inclusão na amostra (MALHOTRA, 2012). Este estudo compreende resultados preliminares, como recorte de uma pesquisa mais ampla, em desenvolvimento.

4 Resultados e discussões

A coleta de dados da pesquisa ocorreu no mês de agosto de 2018, a amostra foi tomada de forma não probabilística e totalizou cinco trabalhadores rurais vinculados ao Sindicato dos Empregados Rurais de Tupã e Região e Associação de Bananicultores do município paulista de Tupã. Algumas características socioeconômicas dos participantes estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Características socioeconômicas dos cinco trabalhadores rurais participantes da pesquisa

Variáveis	n	%
Sexo		
Masculino	4	80,0
Feminino	1	20,0
Renda		
Até R\$954,00	4	80,0
de R\$ 2.862,01 até R\$ 5.724,00	1	20,0
Escolaridade		
Ensino fundamental completo	1	20,0
Ensino fundamental incompleto	3	60,0
Ensino técnico completo	1	20,0
Situação ocupacional		
Trabalhador rural com carteira assinada	3	60,0
Trabalhador rural sem carteira assinada	1	20,0
Trabalhador rural com posse de terra	1	20,0

Fonte: dados da pesquisa

Os trabalhadores rurais participantes possuem em média idade de 51,6 anos. A profissão é executada predominantemente por homens e a maioria dos entrevistados possuem renda de até R\$954,00 (salário-mínimo do ano de 2018). Quanto ao nível de escolaridade, a maior parte dos entrevistados possui ensino fundamental incompleto, informações já caracterizadas no desenvolvimento desta pesquisa por Buainain e Dedeca (2008).

O nível de renda mais elevado pertence a um trabalhador que possui ensino técnico completo e enquadra-se como agricultor familiar conforme Lei nº 11.326 de 2006.

Segundo dados da pesquisa, o trabalho rural exige dedicação diferenciada de outros setores segmentos, como no exemplo da cadeia produtiva da pecuária bovina de leite, onde a ordenha é

diária e ocorre em horário alternativo, que precede o início das demais atividades. Já na cadeia produtiva da apicultura, a coleta de mel ocorre predominantemente no período noturno.

A pesquisa buscou identificar aspectos relacionados ao trabalho rural, demonstrados na Tabela 2.

Tabela 2 – Descrição dos aspectos relacionados ao trabalho

Aspectos	Média	Desvio padrão	Máximo	Mínimo
Dias por semana de trabalho	6,6	0,54	7	6
Horas de trabalho diárias	8,4	0,89	10	8
Anos de experiência como trabalhador rural	30	20,3	60	10

Fonte: dados da pesquisa.

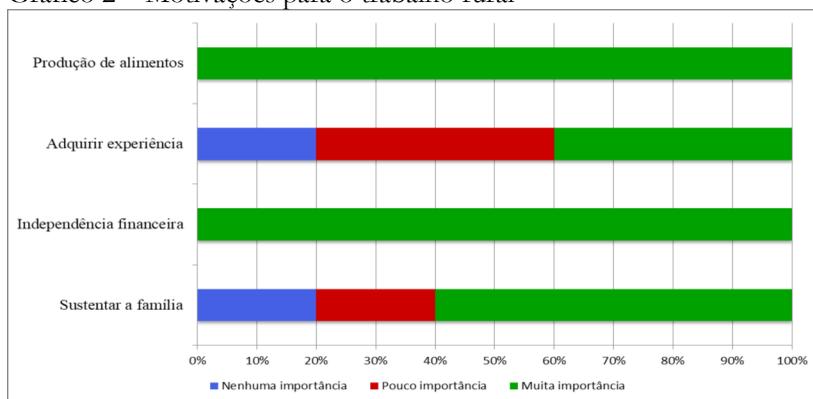
Os sujeitos desta pesquisa, trabalham em média 6,6 dias por semana, com desvio padrão de 0,54 dias, máximo de 7 e mínimo de 6 dias. Em complemento, as horas trabalhadas diárias compreendem na média 8,4, com desvio padrão de 0,89, máximo de 10 horas e mínimo de seis horas. Tais valores tendem a estar subestimados, pois alguns trabalhadores relatam possuir atividades pessoais fora de seu horário formal de serviço. Eles possuem no quintal de suas residências na zona rural, hortas, galinheiros e pocilgas que são cuidadas fora do horário laboral formal. Já os trabalhadores rurais que residem na cidade, perderam essa característica, principalmente pelo relato falta de espaço físico e pelo custo de água para irrigação da horta. Já a

criação de animais de produção em zona urbana, depende de legislação municipal que restringe essa atividade.

Os anos de experiência dos trabalhadores rurais pesquisados demonstraram em média 30 anos com desvio padrão de 20,3, máxima de 60 e mínimo de 10 anos. O trabalhador que apresentou maior quantidade de anos de experiência aposentou e não conseguiu se desligar do ambiente rural, ficou residindo na propriedade e hoje possui pasto arrendado e continua atuando como produtor arrendatário.

A motivação para o trabalho rural foi investigada segundo aspectos relacionados a manutenção da família, independência pessoal financeira, experiência laboral e a significação da produção de alimentos. Os dados estão apresentadas no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Motivações para o trabalho rural

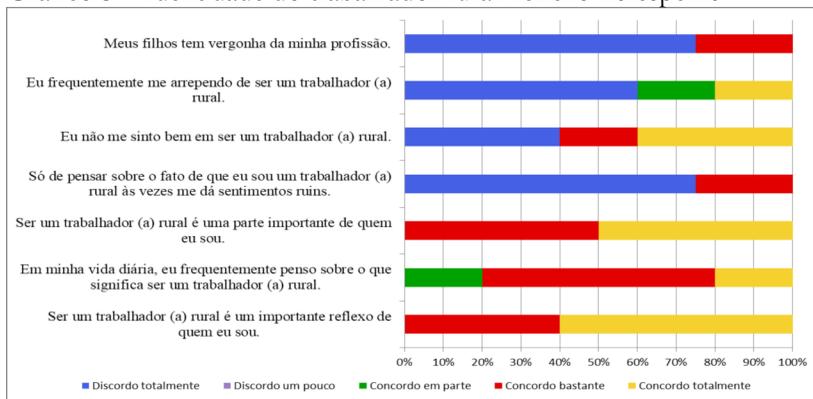


Fonte: dados da pesquisa.

Foram unânimes a importância dada pelos trabalhadores em participarem da produção de alimentos e independência financeira. A motivação em adquirir experiência no trabalho foi apontada como nenhuma ou pouca importância por 60% dos entrevistados. No aspecto de sustentar a família, o trabalho rural mostrou muita importância para de 60% dos participantes.

Na busca de atingir o objetivo da pesquisa e elaborar a reconção da identidade dos trabalhadores rurais, o Gráfico 3 apresenta como o indivíduo se vê sendo um trabalhador rural.

Gráfico 3 – Identidade do trabalhador rural: reflexo no espelho



Fonte: dados da pesquisa.

Com foco na sucessão geracional, principalmente na agricultura familiar, aproximadamente 25% dos trabalhadores rurais relaram que seus filhos têm vergonha da profissão dos pais. O arrependimento quanto a escolha da profissão é descrito por 40% dos produtores entrevistados na pesquisa. Somando as

amostras que concordam bastante e concordam totalmente, a respeito de não se sentir bem em ser um trabalhador rural, tem-se 60%. Tal fato tende a ter influência com reflexos negativos familiares. Mesmo assim, 75% dos trabalhadores rurais não tem pensamentos ruins em relação a sua profissão.

Ser um trabalhador rural foi identificado de modo unânime como sendo parte importante da construção pessoal destes indivíduos, sendo que metade da amostra concorda bastante e outra parcela concorda totalmente.

Para a variável sobre a ocorrência de pensamento sobre o significado de ser um trabalhador rural 20% pensam no assunto frequentemente, 60% bastante e 20% em partes.

A variável “Ser um trabalhador rural é um importante reflexo de quem eu sou” buscou identificar o destaque cognitivo do indivíduo no grupo, onde 60% concordam totalmente. A interpretação da realidade é fundamental para a construção da identidade destes trabalhadores.

5 Considerações finais

O trabalho rural é importante para a reconstrução da identidade, pois não é considerado somente um emprego, mas um recurso para a individualização, uma forma para o indivíduo construir um significado de si mesmo, para ele e para os outros.

A identidade é um produto da história destes trabalhadores, de suas perspectivas futuras, de sua vivência neste processo de transformação permeando trocas com o ambiente e seu contexto histórico e social.

O termo identidade pode, então, ser utilizado para expressar, de certa forma, uma singularidade construída na relação social com os outros homens.

A identidade do trabalhador rural, ainda em estruturação, devido estes serem dados preliminares, mostrou aderência com a revisão bibliográfica compilada e desta coalizão entre informações e a pesquisa que demonstra que em plena era da globalização esta classe de trabalhadores demonstra-se cada vez mais fragmentada, heterogênea e diversificada.

Referências

BERNARDES, J. C. **Da cidade ao campo: análise das características do jovem urbano ruralizado**. 2017. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) - Faculdade de Ciências e Engenharia, Tupã. 2017.

BERNARDO, C. H. C. et al. Espaço rural e espaço urbano: pluralidade conceitual e as tecnologias de informação e comunicação. **RUA**, Campinas, v. 1, n. 23, jun. 2017. Disponível em <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma Regulamentadora – NR 6 – Equipamento de Proteção Individual – EPI**. Brasília, DF, [201-]. Disponível em <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR6.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma Regulamentadora – NR 6. Atualização. 2017.** São Paulo: Granadeiro Guimarães, 2017. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR6.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma Reguladora 31.** Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR31.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

BRASIL. **Lei 11.326 de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017.** Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm>. Acesso em: 22 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resumos técnicos.** Brasília, DF, 2005.

Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/resumos-tecnicos1>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório educação para todos no Brasil 2000-2015**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192>. Acessado em 15 de junho de 2018.

BORDENAVE, J. D. **O que é comunicação rural**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Pretince Hall, 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES (CONTAG). Confederação Nacional dos Empregados Rurais. **Norma regulamentadora específica para a área rural**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/imagens/Ass-NR-31-EspecificareaRural.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

DIAS, E. C. Condições de vida, trabalho, saúde e doenças dos trabalhadores rurais no Brasil. In: Pinheiro, T. M. M. (Org.). A saúde do trabalhador rural. Brasília, DF, RENAST, 2006. Disponível em:

<http://www.medicina.ufmg.br/dmps/2006/saude_trabalhador_rural.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. 5. ed. Campinas: Alínea, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

MALHOTRA, N. **Introdução á pesquisa de marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARQUES. M. I. M. **O conceito de espaço rural em questão**. Terra Livre. São Paulo: AGB, n. 19, ano 18, jul./dez. p. 95-102, 2002.

PÁDUA, J. A. Desenvolvimento humano e meio ambiente no Brasil. In: MOSER, C.; RECH, D. (Org.). **Direitos humanos no**

Brasil: diagnósticos e perspectivas: olhar dos parceiros de Misereor. Rio de Janeiro: CERIS/ Mauad, 2003. p. 45-70.

SANTOS, J. A.; PARRA FILHO, D. **Metodologia científica**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SILVA, M. S.; BARROS, V. A. Saberes sobre o trabalho: experiência e história nos canaviais. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 440-448, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n2/a20v26n2.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

SILVA, J. M. et al. Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 891-903, dec. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n4/a13v10n4.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

VIEIRA, S. C. **O papel do extensionista no fluxo bilateral de informações entre pesquisadores do agronegócio e produtores rurais**. 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Faculdade de Ciência e Engenharia, Tupã. 2016.

VIERO, V. C.; SILVEIRA, A. C. M. Apropriação de tecnologias de informação e comunicação no meio rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 28, n. 1, p. 257-277, jan./abr. 2011. Disponível em

<<https://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/PETBiblioteconomia/apropriacao-de-tic-no-meio-rural-brasileiro.pdf> >.

Acesso em: 03 abr. 2016.

ZUIN, L. F. S.; ZUIN, P. B.; QUEIROZ, T. R. **Gestão, inovação e sustentabilidade nos agronegócios**. São Paulo: Saraiva 2015.